

UNIVERSIDADE FEDERAL DO ESPÍRITO SANTO
CENTRO DE EDUCAÇÃO FÍSICA E DESPORTOS

IGOR SOARES DE SOUZA

Reflexão teórico-pedagógica sobre a contribuição da Educação Física na Educação Infantil

Vitória
2020

IGOR SOARES DE SOUZA

Reflexão teórico-pedagógica sobre a contribuição da Educação Física na Educação Infantil

Trabalho apresentado a Universidade Federal do Espírito Santo – UFES, como requisito para obtenção do título de Licenciado em Educação Física.

Orientador: Prof. Dr. Nelson Figueiredo de Andrade Filho

Vitória
2020

UNIVERSIDADE FEDERAL DO ESPÍRITO SANTO
CENTRO DE EDUCAÇÃO FÍSICA E DESPORTOS

IGOR SOARES DE SOUZA

Reflexão teórico-pedagógica sobre a contribuição da Educação Física na Educação Infantil

Trabalho de conclusão de curso apresentado como requisito para obtenção do título de Licenciatura em Educação Física, pela Universidade Federal do Espírito Santo.

Aprovado em: 14 de dezembro de 2020.

Banca Examinadora

Orientador: Prof. Dr. Nelson Figueiredo de Andrade Filho.

Prof. Ms. Julyeverson Da Silva Lucindo.

Profa. Mestranda Terezinha Moreira Santos.

AGRADECIMENTOS

Dedico este trabalho aos meus pais por serem uma inspiração para mim e por todo seu apoio desde o primeiro instante.

Agradeço ao meu orientador Prof. Dr. Nelson Figueiredo de Andrade Filho por aceitar conduzir o meu trabalho de pesquisa.

RESUMO

O objetivo deste estudo foi compreender como a componente curricular Educação Física da Educação Infantil está prescrita nos documentos. Para isso, realizou-se uma pesquisa documental e bibliográfica tomando como fontes a BNCC (2017), o RCNEI (1998), as DCNEIs (2009) e produções acadêmico-científicas do campo da Educação Física que abordam a Educação Infantil. Buscou-se, ainda, compreender a contribuição da Educação Física na Educação Infantil. Os dados analisados sugerem que a prescrição para a Educação Física na primeira etapa da educação básica contemple o ensino dos jogos, as brincadeiras, o cuidado com o corpo, as danças, o teatro e a coordenação motora.

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	7
1. Prescrição da Educação Física na Educação Infantil nos Principais Documentos Oficiais do País	9
2. Análise Crítica da Proposta Prescrita para Educação Infantil nos Principais Documentos Oficiais	16
3. Reflexão sobre a Contribuição da Educação Física na Educação Infantil	19
CONSIDERAÇÕES FINAIS	20

INTRODUÇÃO

A partir da promulgação da Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB) n. 9.394/96 (BRASIL, 1996) a Educação Infantil, que atende crianças de 0 a 5 anos, tornou-se tema central de diversos debates. A Educação Infantil é um dever do Estado e um direito social de toda criança que se afirma na Constituição Federal (CF) de 1988 tornando-se obrigatória para as crianças a partir dos 4 anos de idade pela Lei nº 12.796/2013 (BRASIL, 2013)

“A Educação Infantil, primeira etapa da Educação Básica, tem como finalidade o desenvolvimento integral da criança de até 5 (cinco) anos, em seus aspectos físico, psicológico, intelectual e social, complementando a ação da família e da comunidade” segundo o Art. 29 da LDB. O ensino na Educação Infantil se estrutura em dois eixos: interações e brincadeiras (BRASIL, 2009). Esses eixos se dispõem em cinco campos de experiências: 1. O eu, o outro e o nós, 2. Corpo, gestos e movimentos, 3. Traços, sons, cores e formas, 4. Escuta, fala, pensamento e imaginação, 5. Espaços, tempos, quantidades, relações e transformações (BRASIL, 2017)

A Educação Física está inserida como componente curricular obrigatório, de acordo com a LDB em seu Art.26, § 3º.: “A Educação Física, integrada à proposta pedagógica da escola, é componente curricular da Educação Básica, ajustando-se às faixas etárias e às condições da população escolar, sendo facultativa nos cursos noturnos”.

Nesse cenário surgiu a seguinte indagação que será norteadora dessa pesquisa: Como a componente curricular Educação Física da Educação Infantil está prescrita nos documentos normativos nacionais?

O que me motivou pesquisar essa temática foi o fato de ter tido pouco contato com essa etapa do ensino durante o curso de Licenciatura em Educação Física do CEFD/UFES e por entender que o trabalho da nossa área é muito importante, podendo gerar consequências positivas ou negativas ao longo da vida do aluno, merecendo, assim, uma análise sobre o que está proposto em âmbito nacional.

O objetivo geral da presente investigação foi compreender como a componente curricular Educação Física da Educação Infantil está prescrita nos documentos regulamentários nacionais. Para tanto, foram delineados os seguintes objetivos específicos: identificar e analisar nos documentos normativos LDB (1996), RCNEI (1998),

DCNEIs (2009) e BNCC (2017), como a Educação Física está preceituada; refletindo sua contribuição específica na Educação Infantil.

Esse estudo traz contribuições significativas para a sociedade, haja vista que apresenta uma compreensão mais clara sobre a Educação Física na Educação Infantil segundo os documentos regimentais nacionais, gerando uma melhor orientação sobre o tema. Para área da Educação Física contribui com os debates e reflexões dos professores que atuam nesse nível de ensino e se preocupam com tal temática na comunidade acadêmica.

Foram utilizados dois tipos de pesquisa: documental e bibliográfica. Na pesquisa documental “Tem-se como fonte documentos no sentido amplo [...]. Nestes casos, os conteúdos dos textos ainda não tiveram nenhum tratamento analítico, são matéria prima, a partir da qual o pesquisador vai desenvolver sua investigação e análise” (SEVERINO, 2007, p.122). A pesquisa bibliográfica se realiza a partir do:

[...] registro disponível, decorrente de pesquisas anteriores, em documentos impressos, como livros, artigos, teses etc. Utilizam-se dados de categorias teóricas já trabalhadas por outros pesquisadores e devidamente registrados. Os textos tornam-se fontes dos temas a serem pesquisados. O pesquisador trabalha a partir de contribuições dos autores dos estudos analíticos constantes dos textos (SEVERINO, 2007, p.122).

1. Prescrição da Educação Física na Educação Infantil nos Principais Documentos Oficiais do País

Esse capítulo visa destacar as informações referentes à componente curricular Educação Física nos seguintes documentos oficiais: Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional - LDB (BRASIL, 1996), Referencial Curricular Nacional para a Educação Infantil – RCNEI (BRASIL, 1998), Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Infantil - DCNEI (BRASIL, 2009) e Base Nacional Comum Curricular – BNCC (BRASIL, 2017).

Desde a promulgação da Constituição Federal de 1988, “O dever do Estado com a educação será efetivado mediante a garantia de: IV- atendimento em creche e pré-escola às crianças de zero a cinco anos de idade” (BRASIL, 1988, Art.208-IV). Em seguida, no ano de 1996, foi lançada a lei 9.394/96 com o propósito de servir como base para organização da educação nos Estados e municípios do País.

A educação, dever da família e do Estado, inspirada nos princípios de liberdade e nos ideais de solidariedade humana, tem por finalidade o pleno desenvolvimento do educando, seu preparo para o exercício da cidadania e sua qualificação para o trabalho. (BRASIL,1996, Art.2, p.8).

De acordo com a LDB em seu Art. 21 “A educação escolar compõe-se de: I – educação básica, formada pela educação infantil, ensino fundamental e ensino médio”. Em seu Art. 29 a Lei determina que “A educação infantil, primeira etapa da educação básica, tem como finalidade o desenvolvimento integral da criança de até 5 (cinco) anos, em seus aspectos físico, psicológico, intelectual e social, complementando a ação da família e da comunidade”. Este trecho da Lei evidencia o papel social e integral da educação infantil na formação humana das primeiras infâncias, distinguindo-se assim do caráter assistencialista e fragmentado assumido pelas instituições ao longo da história.

O reconhecimento da Educação Infantil como primeira etapa da educação básica veio acompanhada pelo estabelecimento da obrigatoriedade da Educação Física em todos níveis de ensino, exceto no ensino superior onde a prática era facultativa. De acordo com a LDB (Art.26, § 3º.): “A educação física, integrada à proposta peda-

gógica da escola, é componente curricular da Educação Básica, ajustando-se às faixas etárias e às condições da população escolar, sendo facultativa nos cursos noturnos”.

Posteriormente, em 1998, foi lançado o RCNEI, um documento com caráter instrumental e operacional organizado em três volumes pelo Ministério da Educação (MEC) para auxiliar os professores da Educação Infantil no trabalho educativo diário.

O referencial é um guia de orientação que deverá servir de base para discussões entre profissionais de um mesmo sistema de ensino ou no interior da instituição, na elaboração de projetos educativos singulares e diversos. Estes volumes pretendem contribuir para o planejamento, desenvolvimento e avaliação de práticas educativas que considerem a pluralidade e diversidade étnica, religiosa, de gênero, social e cultural das crianças brasileiras, favorecendo a construção de propostas educativas que respondam às demandas das crianças e seus familiares nas diferentes regiões do país (BRASIL, 1998, p.9, Vol.1).

Esse documento contém orientações sobre conteúdos e objetivos de aprendizagem a serem trabalhados com cada faixa etária, indicando que a estrutura curricular é formada em eixos que devem ser considerados de forma interligada.

Essa estrutura se apoia em uma organização por idades — crianças de zero a três anos e crianças de quatro a seis anos — e se concretiza em dois âmbitos de experiências — Formação Pessoal e Social e Conhecimento de Mundo — que são constituídos pelos seguintes eixos de trabalho: Identidade e autonomia, Movimento, Artes visuais, Música, Linguagem oral e escrita, Natureza e sociedade e Matemática. Cada documento de eixo se organiza em torno de uma estrutura comum, na qual estão explicitadas: as ideias e práticas correntes relacionadas ao eixo e à criança e aos seguintes componentes curriculares: objetivos; conteúdos e orientações didáticas; orientações gerais para o professor e bibliografia (BRASIL, 1998, p.43, Vol.1).

Os objetivos de aprendizagem do Eixo Movimento são trabalhados de forma progressiva, sendo aprofundados de acordo com a idade da criança. Eles vão desde jogos e brincadeiras a controlar gradualmente as habilidades motoras e identificar os segmentos do corpo.

A prática educativa das crianças de até três anos deve se organizar de forma a que as crianças desenvolvam as seguintes capacidades:

- familiarizar-se com a imagem do próprio corpo;
- explorar as possibilidades de gestos e ritmos corporais para expressar-se nas brincadeiras e nas demais situações de interação;
- deslocar-se com destreza progressiva no espaço ao andar, correr, pular etc., desenvolvendo atitude de confiança nas próprias capacidades motoras;
- explorar e utilizar os movimentos de preensão, encaixe, lançamento etc., para o uso de objetos diversos (BRASIL, 1998, p.27, Vol.3).

Os conteúdos para o trabalho com o movimento são estruturados em duas dimensões: expressiva do movimento e equilíbrio e coordenação. A dimensão expressiva do movimento engloba expressões, comunicação de ideias, sensações e sentimentos pessoais e as manifestações corporais que estão relacionadas com a cultura. A dimensão equilíbrio e coordenação reúne aspectos ligados à coordenação do movimento e ao equilíbrio. Em suma, o Eixo Movimento lida com o desenvolvimento e aperfeiçoamento da motricidade, brincadeiras, jogos e conhecimento do próprio corpo.

O professor de Educação Física deve estruturar o tempo espaço para o ensino e aprendizagem de acordo com os objetivos e “conteúdos” expostos, sendo que esse trabalho deve estar interligado com os outros eixos. Em vista disso, percebemos que no RCNEI o foco está no que deve ser ensinado e não no protagonismo das crianças.

Em 2009, com a Resolução nº 5 institui-se as DCNEI (BRASIL, 2009): “Esta norma tem por objetivo estabelecer as Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Infantil, a serem observadas na organização de propostas pedagógicas na educação infantil” (BRASIL, 2010, p.11). A resolução traz novas concepções de criança, infância e de Educação Infantil, princípios pedagógicos, éticos, estéticos e políticos, inclui as crianças do campo e indígenas, a questão da organização do espaço, do tempo, dos materiais e da avaliação

Esse documento coloca a criança como centro do processo de aprendizagem e determina o que ela tem direito de aprender. Nesta perspectiva, encontramos nas DCNEI (BRASIL, 2010, p.12) a seguinte concepção de criança:

Sujeito histórico e de direitos que, nas interações, relações e práticas cotidianas que vivencia, constrói sua identidade pessoal e coletiva, brinca, imagina, fantasia, deseja, aprende, observa, experimenta, narra, questiona e constrói sentidos sobre a natureza e a sociedade, produzindo cultura.

De acordo com as DCNEI (2010, p. 16), as propostas pedagógicas para a Educação Infantil devem ser elaboradas de maneira a priorizar os seguintes princípios:

Éticos: da autonomia, da responsabilidade, da solidariedade e do respeito ao bem comum, ao meio ambiente e às diferentes culturas, identidades e singularidades.

Políticos: dos direitos de cidadania, do exercício da criticidade e do respeito à ordem democrática.

Estéticos: da sensibilidade, da criatividade, da ludicidade e da liberdade de expressão nas diferentes manifestações artísticas e culturais.

A prática pedagógica está estruturada em dois eixos norteadores: as interações e a brincadeira. Com o estabelecimento desses eixos propõe-se a garantia de uma série de experiências que deverão estar integradas entre si, visando o desenvolvimento integral das crianças.

Desta forma, a Educação Física em conjunto com outras componentes curriculares, respeitando os princípios éticos, políticos e estéticos, deverá garantir experiências que “promovam o conhecimento de si e do mundo por meio da ampliação de experiências sensoriais, expressivas, corporais que possibilitem movimentação ampla, expressão da individualidade e respeito pelos ritmos e desejos da criança” (BRASIL, 2010, p.25).

Em seu Art. 26 a LDB (BRASIL,1996, p.19) estabelece que

Os currículos da educação infantil, do ensino fundamental e do ensino médio devem ter uma base nacional comum, a ser complementada, em cada sistema de ensino e em cada estabelecimento escolar, por uma parte diversificada, exigida pelas características regionais e locais da sociedade, da cultura, da economia e dos educandos.

Nesse sentido, em 2017 foi lançada a última versão da Base Nacional Comum Curricular (BNCC). A BNCC é um documento regimental usado para orientar a organização e o funcionamento das redes de ensino e suas instituições públicas e privadas.

A BNCC é agora a referência obrigatória para elaboração dos currículos escolares e propostas pedagógicas para a Educação Básica.

É um documento de caráter normativo que define o conjunto orgânico e progressivo de aprendizagens essenciais que todos os alunos devem desenvolver ao longo das etapas e modalidades da Educação Básica, de modo a que tenham assegurados seus direitos de aprendizagem e desenvolvimento, em conformidade com o que preceitua o Plano Nacional de Educação (BRASIL, 2017, p.5).

Ela coloca a criança como centro do processo de ensino aprendizagem tornando-a protagonista, considerando seu modo de agir e pensar, baseando-se na concepção de criança presente nas DCNEI. A estrutura curricular da Educação Infantil na BNCC está organizada em dois eixos, seis direitos de aprendizagem e desenvolvimento e cinco campos de experiência de modo a garantir condições para que as crianças aprendam desempenhando um papel ativo em suas experiências e aprendizagens. Os dois eixos referem-se à interação e brincadeira.

Considerando esses eixos estruturantes, a BNCC traz seis direitos de aprendizagem e desenvolvimento que assegurem, na Educação Infantil, as condições para que as crianças aprendam (BRASIL, 2017).

- Conviver com outras crianças e adultos, em pequenos e grandes grupos, utilizando diferentes linguagens, ampliando o conhecimento de si e do outro, o respeito em relação à cultura e às diferenças entre as pessoas.
 - Brincar cotidianamente de diversas formas, em diferentes espaços e tempos, com diferentes parceiros (crianças e adultos), ampliando e diversificando seu acesso a produções culturais, seus conhecimentos, sua imaginação, sua criatividade, suas experiências emocionais, corporais, sensoriais, expressivas, cognitivas, sociais e relacionais.
 - Participar ativamente, com adultos e outras crianças, tanto do planejamento da gestão da escola e das atividades propostas pelo educador quanto da realização das atividades da vida cotidiana, tais como a escolha das brincadeiras, dos materiais e dos ambientes, desenvolvendo diferentes linguagens e elaborando conhecimentos, decidindo e se posicionando.
 - Explorar movimentos, gestos, sons, formas, texturas, cores, palavras, emoções, transformações, relacionamentos, histórias, objetos, elementos da natureza, na escola e fora dela, ampliando seus saberes sobre a cultura, em suas diversas modalidades: as artes, a escrita, a ciência e a tecnologia.
 - Expressar, como sujeito dialógico, criativo e sensível, suas necessidades, emoções, sentimentos, dúvidas, hipóteses, descobertas, opiniões, questionamentos, por meio de diferentes linguagens.
 - Conhecer-se e construir sua identidade pessoal, social e cultural, constituindo uma imagem positiva de si e de seus grupos de pertencimento, nas diversas experiências de cuidados, interações, brincadeiras e linguagens vivenciadas na instituição escolar e em seu contexto familiar e comunitário.
- (BRASIL, 2017, p.34).

A organização curricular, respeitando os eixos estruturantes e os direitos de aprendizagem, está estruturada em cinco (5) campos de experiências: 1. O eu, os outros e o nós; 2. Corpo, gestos e movimentos; 3. Traços, sons, cores e formas; 4. Oralidade e escrita; 5. Espaços, tempos, quantidades, relações e transformações. Para cada um desses campos de experiência são definidos objetivos de aprendizagem e desenvolvimento, de acordo com a idade das crianças.

Os campos de experiências constituem um arranjo curricular que acolhe as situações e as experiências concretas da vida cotidiana das crianças e seus saberes, entrelaçando-os aos conhecimentos que fazem parte do patrimônio cultural. A definição e a denominação dos campos de experiências também se baseiam no que dispõem as DCNEI em relação aos saberes e conhecimentos fundamentais a serem propiciados às crianças e associados às suas experiências (BRASIL, 2017, p.36).

O conhecimento que identifica o objeto de ensino relacionado à área da Educação Física corresponde ao campo de experiência Corpo, gesto e movimentos, cujos objetivos prescritos são os seguintes:

Corpo, gestos e movimentos – Com o corpo (por meio dos sentidos, gestos, movimentos impulsivos ou intencionais, coordenados ou espontâneos), as crianças, desde cedo, exploram o mundo, o espaço e os objetos do seu entorno, estabelecem relações, expressam--se, brincam e produzem conhecimentos sobre si, sobre o outro, sobre o universo social e cultural, tornando-se, progressivamente, conscientes dessa corporeidade. Por meio das diferentes linguagens, como a música, a dança, o teatro, as brincadeiras de faz de conta, elas se comunicam e se expressam no entrelaçamento entre corpo, emoção e linguagem. As crianças conhecem e reconhecem as sensações e funções de seu corpo e, com seus gestos e movimentos, identificam suas potencialidades e seus limites, desenvolvendo, ao mesmo tempo, a consciência sobre o que é seguro e o que pode ser um risco à sua integridade física. Na Educação Infantil, o corpo das crianças ganha centralidade, pois ele é o partícipe privilegiado das práticas pedagógicas de cuidado físico, orientadas para a emancipação e a liberdade, e não para a submissão. Assim, a instituição escolar precisa promover oportunidades ricas para que as crianças possam, sempre animadas pelo espírito lúdico e na interação com seus pares, explorar e vivenciar um amplo repertório de movimentos, gestos, olhares, sons e mímicas com o corpo, para descobrir variados modos de ocupação e uso do espaço com o corpo (tais como sentar com apoio, rastejar, engatinhar, escorregar, caminhar apoiando-se em berços, mesas e cordas, saltar, escalar, equilibrar-se, correr, dar cambalhotas, alongar-se etc.)(BRASIL, 2017, p.36-37).

Na Base as crianças estão organizadas em três grupos por faixas etárias correspondentes às instituições de creche e pré-escola. Na creche estão organizados dois grupos por idade: os bebês de 0 a 1 ano e seis meses e as crianças de 1 ano e sete meses à 3 anos e onze meses e na pré-escola estão as crianças de 4 a 5 anos e onze meses. Nessa organização também são definidos objetivos de aprendizagem e desenvolvimento para cada campo de experiência e faixa etária.

Na Educação Infantil, as aprendizagens essenciais compreendem tanto comportamentos, habilidades e conhecimentos quanto vivências que promovem aprendizagem e desenvolvimento nos diversos campos de experiências, sempre tomando as interações e a brincadeira como eixos estruturantes. Essas aprendizagens, portanto, constituem-se como objetivos de aprendizagem e desenvolvimento (BRASIL, 2017, p.39).

Esses documentos são referenciais para as instituições educacionais elaborarem seus currículos, apontando os conteúdos mínimos a serem ofertados em todo território nacional reconhecendo a parte diversificada de cada contexto. Admitindo-se autonomia na formação dos currículos. Conforme o Art. 14 da LDB

Os sistemas de ensino definirão as normas da gestão democrática do ensino público na educação básica, de acordo com as suas peculiaridades e conforme os seguintes princípios:

- I – Participação dos profissionais da educação na elaboração do projeto pedagógico da escola;
- II – Participação das comunidades escolar e local em conselhos escolares ou equivalentes (BRASIL, 1996, p.15)

Cabe salientar ainda, que os documentos anteriores como o RCNEI visavam orientar o trabalho do professor que antes era focado no assistencialismo. Agora notamos que, tentando mitigar o assistencialismo, a BNCC dialoga com a DCNEI, mas, diferente das diretrizes, não aprofunda em questões importantes como avaliação e educação das crianças que vivem em ambientes rurais e indígenas. Além do que, identifica os objetivos de aprendizagem com códigos específicos, intuindo-se que há por detrás, de tal, concepção a ideia de propor avaliações em larga escala na Educação Infantil. Segundo Barbosa, Mello e Martins (2019, p.158).

Documentos anteriores, como o RCNEI e as DCNEIs, apresentavam orientações e diretrizes para a elaboração dos currículos escolares. No entanto, com a BNCC, o caráter diretivo e conteudista do currículo se acentuou, restando pouca margem para que as instituições e sujeitos nelas presentes, sobretudo crianças e professores/as, manifestem as suas autorias e produções culturais nas práticas curriculares.

Notamos também ao apresentar os dois eixos, seis direitos de aprendizagens e cinco campos de experiências prescritos para estruturar a proposta curricular para o nível da Educação Infantil, a BNCC não discute mais profundamente o processo de desenvolvimento das crianças com idade inferior aos quatro anos, mal define os objetivos pedagógicos orientadores da prática de ensino e tampouco orienta e apresenta possibilidades de ações a serem realizadas pelos professores que atuam na Educação Infantil.

2. Análise Crítica da Proposta Prescrita para Educação Infantil nos Principais Documentos Oficiais

Considerando as críticas que trouxemos ao finalizar o capítulo anterior, entendemos que, do ponto de vista científico e pedagógico, a formulação proposta na BNCC desconsidera a importância das experiências de movimento corporal das crianças (ANDRADE FILHO, 2011) no seu processo de desenvolvimento e educação institucionalizada. O objetivo deste capítulo é refletir acerca das relações hierárquicas prescritas pela BNCC entre as áreas do conhecimento nas quais são formados os docentes que trabalham no Centro Municipal de Educação Infantil (CMEI).

Isto posto, a determinação contida nesse documento é insuficiente para orientar o ensino em prol do desenvolvimento integral da criança, visto que, não trata bem da teoria do desenvolvimento humano que elege. Conforme entendemos, a teoria do desenvolvimento humano que sustenta as orientações pedagógicas prescritas na BNCC é a da perspectiva histórico-cultural proposta por Vigotski e colaboradores, portanto, aquela que periodiza o desenvolvimento humano em atividades dominantes.

Ao longo do desenvolvimento, é possível elencar as atividades dominantes de cada período, tomando como base Elkonin (1987): primeiro ano de vida: atividade de comunicação emocional direta; primeira infância: atividade objetiva manipulatória; idade pré-escolar: atividade do jogo de papéis; idade escolar: atividade de estudo; adolescência inicial: atividade de comunicação íntima pessoal; adolescência: atividade profissional/estudo. (TULESKI; EIDT, 2016, p.52.).

Ainda por cima, podemos inferir que o caráter ordenado desse documento, em relação aos conteúdos e objetivos de aprendizagem, está ligado à aplicação de exames em larga escala na Educação Infantil. Sobre essa questão, destaco as considerações críticas de Barbosa, Silveira e Soares (2019, p.80-81).

Em relação ao contexto em que a BNCC foi gestada e discutida, cabe mencionar a revogação da Portaria do MEC nº 369, de 5 de maio de 2016, que regulamentava o Sistema Nacional de Avaliação da Educação Básica (Sinaeb), estipulando-se a existência desse Sistema em caso de aprovação da BNCC. Essa medida tem relação com a desconstrução da Política Nacional de Educação Infantil e de Jovens e Adultos, traçando um caminho de controle gerencial da escola pública por meio da avaliação e determinações de interesse de um grupo social que possui o domínio do capital e a quem interessa historicamente manter a classe trabalhadora subjugada às regras do capitalismo excludente e baseado na desigualdade.

O problema do reconhecimento da contribuição da Educação Física para a Educação Básica não é recente. De fato, Melo (2006) já o havia notado no que se refere aos níveis de Ensino Fundamental e Médio.

Historicamente as ações extensionistas, como jogos escolares, organização de festas e desfiles comemorativos, por exemplo, têm garantido a presença da Educação Física na escola, mas mostram-se insuficientes para consolidá-la como um verdadeiro componente curricular. Soma-se a isso o caráter facultativo que a legislação possibilita para alunos que têm jornada de trabalho igual ou superior a seis horas, maior de trinta anos de idade, que estiver prestando serviço militar, que tenha prole, entre outros aspectos. Ora, não encontramos tais benefícios vinculados aos outros componentes curriculares, aspecto que parece indicar sua fragilidade curricular, a pouca importância a ela atribuída na escola e, principalmente, a certeza de que suas possibilidades pedagógicas são dispensáveis e de que a educação do corpo não é considerada na instituição escolar (MELO, p.188, 2006).

Para aspirar a Educação Física como componente curricular da Educação Básica, particularmente da Educação Infantil, temos que entender como ela associa seus conteúdos nas diferentes etapas do ensino, o que parece ser a maior dificuldade encontrada pelos professores e, também, nos próprios documentos normativos. Tendo isso relação com a falta de clareza do processo de desenvolvimento da criança e, conseqüentemente, dos objetivos para a educação no CMEI.

Assim, cabe aos professores de Educação Física envolver-se numa rotina escolar que permita situar claramente seus conteúdos de ensino e sua organização nos diferentes ciclos de escolarização, diferente da linearidade de conteúdo que se repete de forma hegemônica em todos os níveis escolares, bem como dissipar a ideia, muitas vezes cristalizada na escola, de que a Educação Física é um apêndice curricular, caracterizada principalmente pela organização de atividades complementares, e não pela função precípua de tratar pedagogicamente o acervo da cultura de movimento como o conhecimento pedagógico de que os alunos devem se apropriar e resignificar no seu convívio social (MELO, p.188, 2006).

Em nossa sociedade marcada pelo capitalismo constatam-se desigualdades tanto por fatores econômicos, quanto por grau de instrução/ensino do indivíduo. Onde o trabalho braçal é desvalorizado e o intelectual valorizado, reforçando, dessa forma, as dicotomias corpo/mente e teórico/prático. Sendo parte da sociedade, certamente, a escola, seus sujeitos reproduzem e refletem os pré-conceitos existentes hierarquizando e fragmentando as ações. Para Ayoub (2001),

Podemos identificar que esse intenso processo de hierarquização profissional está relacionado tanto com o nível de formação do (a) professor (a) (leigo, secundário e universitário) quanto com o nível de ensino no qual o (a) professor (a) atua (educação infantil, 1a à 4a. série do ensino fundamental, 5a. à 8a. série do ensino fundamental e ensino médio). E, ainda, entre os (as) professores (as) “especialistas” ocorre também uma forte hierarquização em relação à área de formação: educação física e artes são áreas consideradas menos “nobres” e, portanto, são desvalorizadas no rol das disciplinas escolares (AYOUB., 2001, p.54-55).

Diante disso, apesar de a Educação Infantil não estruturar seu currículo em disciplinas, há professores generalistas/regentes e especialistas de Artes, Educação Física e Música. Paralelamente ocorre as hierarquizações de forma implícita ao examinar as cargas horárias dos componentes curriculares, uma vez que, determinadas áreas possuem maior quantidade hora/aula em detrimento das outras, isso acontece, por exemplo, com a Educação Física e Artes.

Por outro lado, a organização curricular corrobora a perpetuação das hierarquizações, visto que, dá mais relevância a determinadas disciplinas/componentes Curriculares e fragmenta o conhecimento nas diferentes etapas da Educação Básica.

As ações nas instituições escolares são rigorosamente controladas. Há de ser destacado que a BNCC expressa o desejo em formar cidadãos críticos e emancipados, todavia, nestes ambientes, os discentes necessitam de autorização até mesmo para satisfazer suas necessidades fisiológicas. Com isso, os próprios profissionais estão se opondo à concepção de ensino do documento. De modo geral, o ensino é obediente, estático e em fila, tratando o corpo e seus movimentos como inadequados para o processo de aprendizagem.

Ao considerar o corpo e suas linguagens como intrusos na aprendizagem do saber sistematizado, a instituição escolar e os próprios professores parecem não estar preparados para lidar com o corpo em movimento. Podemos, assim, inferir que não é à toa que as práticas corporais como conteúdo da Educação Física não têm espaço na escola. Isso se dá pelo fato de seus caminhos pedagógicos serem opostos dos preceitos metodológicos dos outros componentes curriculares, pois seus conhecimentos advêm da expressão corporal como linguagem, e suas formas de aprendizagem consideram o homem em movimento, como até hoje o é fora da escola (MELO, 2006, p.189).

3. Reflexão sobre a Contribuição da Educação Física na Educação Infantil.

Certamente a Educação Física é de extrema importância para o desenvolvimento das crianças. Da mesma maneira que os outros componentes curriculares, possui grande valor na formação integral da criança em diferentes aspectos cognitivo, motor e social. Por outro lado, para fazer considerações sobre sua relevância, precisamos saber que o corpo é indissociável da mente. De acordo com (BASEI,2008, p.1)

A Educação Física tem um papel fundamental na Educação Infantil, pela possibilidade de proporcionar às crianças uma diversidade de experiências através de situações nas quais elas possam criar, inventar, descobrir movimentos novos, reelaborar conceitos e ideias sobre o movimento e suas ações. Além disso, é um espaço para que, através de situações de experiências – com o corpo, com materiais e de interação social – as crianças descubram os próprios limites, enfrentem desafios, conheçam e valorizem o próprio corpo, relacionem-se com outras pessoas, percebam a origem do movimento, expressem sentimentos, utilizando a linguagem corporal, localizem-se no espaço, entre outras situações voltadas ao desenvolvimento de suas capacidades intelectuais e afetivas, numa atuação consciente e crítica. Dessa forma, essa área do conhecimento poderá contribuir para a efetivação de um programa de Educação Infantil, comprometido com os processos de desenvolvimento da criança e com a formação de sujeitos emancipados.

Em síntese, o conhecimento deve ser assimilado por completo, bem como, os conteúdos carecem de significância com a realidade das crianças, uma vez que as mesmas ingressam nas creches e pré-escolas carregando variadas vivências e experiências corporais obtidas de diversos jeitos, no seu bairro, na sua família, etc. Por outro lado, o docente tem que assimilar a realidade vivenciada pelas crianças e trazer conhecimentos que tenham sentido para essa realidade, fazendo com que o aluno perceba que o conhecimento que será adquirido possui relação com sua vida.

A contribuição da educação física na educação infantil, "(...) para ser relevante e justificada, precisa auxiliar na leitura do mundo, por parte das crianças com as quais trabalha, partindo do pressuposto da construção de si mesmo, no decorrer desse processo de alfabetização (Grupo de Estudos Ampliado de Educação Física, 1996, p.51).

A educação física na educação infantil pode configurar-se como um espaço em que a criança brinque com a linguagem corporal, com o corpo, com o movimento, alfabetizando-se nessa linguagem. Brincar com a linguagem corporal significa criar situações nas quais a criança entre em contato com diferentes manifestações da cultura corporal (entendida como as diferentes práticas corporais elaboradas pelos seres humanos ao longo da história, cujos significados foram sendo tecidos nos diversos contextos sócio-culturais), sobretudo aquelas relacionadas aos jogos e brincadeiras, às ginásticas, às danças e às atividades circenses, sempre tendo em vista a dimensão lúdica como elemento essencial para a ação educativa na infância (AYOUB, 2001, p.57).

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A presente análise possibilitou interpretar como a componente curricular Educação Física está estruturada na Educação Infantil, conforme as orientações nacionais. Ademais, foi percebido factíveis problemas ocasionados pela forma como essas prescrições estão sistematizadas como: as hierarquizações que acontecem no ambiente escolar e a concepção de desenvolvimento das crianças. Inclusive, pode-se prever que da forma como está organizado deverá acontecer avaliações nacionais.

Esses problemas foram dialogados com produções acadêmico-científicas do campo da Educação Física que abordam a Educação Infantil, para obter dados mais consistentes. Essa investigação tem potencial para esclarecer possíveis dúvidas de professores que trabalham no CMEI e discentes que pretendem se dedicar à Educação Infantil.

De certo, essa pesquisa foi importante para minha formação, propiciando demonstrar minha capacidade de realizar pesquisas, mais ainda, de utilizar os conhecimentos acadêmicos que adquiri durante a graduação. Por outro lado, para aprofundar essa verificação poderia ser feito um estudo a respeito dos Projetos Políticos Pedagógicos (PPP) dos CMEIs para observar como essas referências estão sendo assimiladas.

Portanto, a Educação Física tem como propósito auxiliar na leitura do mundo e tornar as crianças protagonistas e emancipadas em suas experiências de movimento corporal no cotidiano da Educação Infantil através das interações e brincadeiras, do cuidado com o corpo, das danças, do teatro e da coordenação motora.

REFERÊNCIAS

ANDRADE FILHO, Nelson Figueiredo de. **Experiências de movimento corporal de crianças no cotidiano da educação infantil**. 2011. 254 p. Tese (doutorado) - Universidade Estadual de Campinas, Faculdade de Educação, Campinas, SP. Disponível em: <<http://www.repositorio.unicamp.br/handle/REPOSIP/251352>>. Acesso em: 20 set. 2020.

AYOUB, E. Reflexões sobre a educação física na educação infantil. **Revista Paulista de Educação Física**. São Paulo, supl. 4, p. 53-60, 2001. Disponível em: <<https://www.revistas.usp.br/rpef/article/view/139594>>

BARBOSA, I. G.; SILVEIRA, T. A. T. M.; SOARES, M. A. A BNCC da Educação Infantil e suas contradições: regulação versus autonomia. **Revista Retratos da Escola**, Brasília, v.13, n. 25, p.77-90, jan. /mai. 2019. Disponível em: <<http://retratosda-escola.emnuvens.com.br/rde/article/view/979/pdf>>

BARBOSA, R. F. M; MARTINS, R. L. R.; MELLO, A. S. A EDUCAÇÃO INFANTIL NA BASE NACIONAL COMUM CURRICULAR: avanços e retrocessos. **Movimento-Revista de Educação**, Niterói, ano 6, n.10, p. 147-172, jan. /jun. 2019.

BASEI, A.P. A educação física na educação infantil: a importância do movimentar-se e suas contribuições no desenvolvimento da criança. **Revista Ibero Americana de Educação**. Número 47/3 de 25 de outubro de 2008.

BRASIL. Constituição (1988). **Constituição da República Federativa do Brasil**. Brasília, DF: Centro Gráfico, 1988.

BRASIL. **Lei de diretrizes e bases da educação nacional**. Ministério da Educação, 1996.

BRASIL. Resolução n.5 de 17 de dezembro de 2009. **Fixa as Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Infantil**, 2009. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/index.php?option=com_docman&view=download&alias=2298-rceb005-09&category_slug=dezembro-2009-pdf&Itemid=30192>

BRASIL. Ministério da Educação. Secretaria de Educação Básica. **Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Infantil**. Brasília: MEC/SEB, 2010. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/index.php?option=com_docman&view=download&alias=9769-diretrizescurriculares-2012&category_slug=janeiro-2012-pdf&Itemid=30192>

BRASIL. **Lei n. 12.796, de 4 de abril de 2013. Altera a Lei n.9.394/1996..e dar outras providências**. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2011-2014/2013/lei/112796.htm#:~:text=Altera%20a%20Lei%20n%C2%BA%209.394,educa%C3%A7%C3%A3o%20e%20dar%20outras%20provid%C3%AAs>

BRASIL. Ministério da Educação. **Base Nacional Comum Curricular**. Brasília, 2017.

MELO, J.P. Perspectivas da Educação Física Escolar: reflexão sobre a Educação Física como componente curricular. **Rev. bras. Educ. Fís. Esp.**, São Paulo, v.20, p.188-90, set. 2006. Suplemento n.5. Disponível em: <http://citrus.uspnet.usp.br/eef/uploads/arquivo/53_Anais_p188.pdf>

Ministério da Educação e do Desporto. Secretaria da Educação Fundamental. **Referencial curricular nacional para a educação infantil**. Brasília: MEC/SEF, 1998.

SEVERINO, A.J. **Metodologia do trabalho científico**. São Paulo: Editora Cortez, 2007.

TULESKI, S. C.; EIDT, N. M. A periodização do desenvolvimento psíquico: atividade dominante e a formação das funções psíquicas superiores. In: MARTINS, L. M.; ABRANTES, A. A.; FACCI, M. G. D. (Org.). **Periodização histórico-cultural do desenvolvimento psíquico: do nascimento à velhice**. Campinas: Autores Associados, 2016.p35-61.

UNIVERSIDADE FEDERAL DO ESPÍRITO SANTO
CENTRO DE EDUCAÇÃO FÍSICA E DESPORTOS

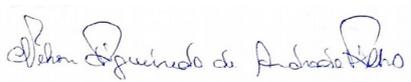
IGOR SOARES DE SOUZA

Reflexão teórico-pedagógica sobre a contribuição da Educação Física na Educação Infantil

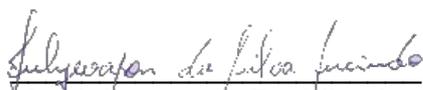
Trabalho de conclusão de curso apresentado como requisito para obtenção do título de Licenciatura em Educação Física, pela Universidade Federal do Espírito Santo.

Aprovado em: 14 de dezembro de 2020

Banca Examinadora



Orientador: Prof. Dr. Nelson Figueiredo de Andrade Filho.



Prof. Ms. Julyeverson Da Silva Lucindo.



Profa. Mestranda Terezinha Moreira dos Santos.



UNIVERSIDADE FEDERAL DO ESPÍRITO SANTO

PROTOCOLO DE ASSINATURA



O documento acima foi assinado digitalmente com senha eletrônica através do Protocolo Web, conforme Portaria UFES nº 1.269 de 30/08/2018, por
NELSON FIGUEIREDO DE ANDRADE FILHO - SIAPE 1172960
Departamento de Ginástica - DG/CEFD
Em 23/12/2020 às 17:39

Para verificar as assinaturas e visualizar o documento original acesse o link:
<https://api.lepisma.ufes.br/arquivos-assinados/117648?tipoArquivo=O>